

# O início da trajetória ocupacional: quais são seus determinantes?

The start of the occupational trajectory: What are its determinants?

Marta Santos Sales<sup>1</sup>  
salesmartasoa@gmail.com, martas@pbh.gov.br

Gustavo de Melo<sup>2</sup>  
gustavodemelos@yahoo.com.br

Danielle Cireno Fernandes<sup>3</sup>  
daniellectf@gmail.com

## Resumo

*Este trabalho é sobre o status ocupacional do primeiro emprego, analisando o efeito da herança socioeconômica, o sexo e a idade do indivíduo no status. A fundamentação parte da área de estratificação social da Sociologia. O estudo foi composto por uma amostra representativa da população brasileira e por uma amostra intencional de jovens da região metropolitana de Belo Horizonte, concomitantemente. Os resultados problematizam as desigualdades relacionadas com os processos de trabalho e de educação na adolescência e no início da trajetória ocupacional dos indivíduos.*

**Palavras-chave:** status ocupacional, primeiro emprego, herança socioeconômica.

## Abstract

*This work is about the occupational status of the first job, analyzing the effect of socio-economic inheritance, gender and age of the individual on status. The grounding starts from the area of social stratification of Sociology. The study was composed of a representative sample of the Brazilian population and an intentional sample of young people from the metropolitan area of Belo Horizonte, concomitantly. The results problematize the inequalities related to the processes of work and education in adolescence and the beginning of the occupational trajectory of the individuals.*

**Keywords:** occupational status, first job, socioeconomic inheritance.

## Introdução

A discussão desse artigo gira em torno do status ocupacional do primeiro emprego, investigando o efeito do sexo dos indivíduos, da idade que as pessoas começam a trabalhar e da herança socioeconômica na primeira experiência laboral.

Foram utilizados dados quantitativos oriundos da base de dados "As Dimensões Sociais das Desigualdades 2008", construída pela pesquisa realizada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IESP, 2008), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

<sup>1</sup> Analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte. Rua Perdizes, 336. Caiçara, 30770-262, Belo Horizonte, MG, Brasil.

<sup>2</sup> Professor associado Academia de Polícia de Minas Gerais. Av. Via Expressa, 3250, 32370-970, Belo Horizonte, MG, Brasil.

<sup>3</sup> Professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Av. Antônio Carlos, 6627, sala 4182, Campus Pampulha, 31270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil.

(CNPq) no bojo do projeto Instituto do Milênio (do CNPq). Também foram analisados dados qualitativos oriundos de uma base construída ao longo de cinco anos, proporcionando um estudo longitudinal. A base de dados quantitativa possui amostra representativa da população brasileira, enquanto a etapa qualitativa foi realizada na região metropolitana de Belo Horizonte, sendo composta por vinte jovens (2009-2014) e os respectivos pais.

O trabalho na infância e adolescência é tema de discussão das políticas públicas de trabalho e educação. A maior preocupação é com a exploração e evasão escolar, procurando prevenir a exploração do trabalho infantil e incentivar o estudo (Brasil, 1990, 2000a, 2000b, 2002; Entwisle *et al.*, 2005).

A pesquisa que deu origem a este artigo se fundamentou na área de estratificação social da Sociologia, tomando como bibliografia básica os estudos clássicos de Blau e Ducan (1967), bem como estudos nacionais da área (Brito, 2009; Aguiar *et al.*, 2007; Souza *et al.*, 2010; Ribeiro, 2011). O estudo da estratificação social contribui para a compreensão das causas sociais da desigualdade. No intuito de dialogar com a área, questiona-se quais são as variáveis determinantes do status ocupacional do primeiro emprego.

Foram realizadas análises qualitativas e quantitativas (análises de regressão) para testar a seguinte hipótese: o sexo, o número de anos de educação da mãe, o status ocupacional do pai e a idade que começou a trabalhar são variáveis determinantes do status ocupacional do primeiro emprego (Halaby, 2003; Bryant *et al.*, 2006).

## Revisão bibliográfica

Para Haller e Portes (1973), o status é a posição ocupada pelos indivíduos ou famílias dentro da estratificação social. São dimensões básicas do status, a renda e propriedade, o poder, como influência política e prestígio, estima generalizada em uma comunidade e, por último, uma dimensão definida como básica, a educação. Dois pontos centrais são importantes nessa perspectiva: a dimensão em que a origem de um indivíduo determina seu destino; e a dimensão em que a posição inicial do indivíduo no sistema de estratificação ocupacional (primeiro emprego) define suas ocupações mais tarde (posição social).

O estudo empírico pioneiro na área de estratificação é o de Blau e Ducan (1967). Featherman e Haller (2007) afirmaram que Blau e Ducan tomaram como foco os fatores na história do indivíduo que explicam seu nível de realização socioeconômica (educação, renda, ocupação e etc.), de modo que possa descrever as carreiras das pessoas. Esse estudo de Blau e Ducan (1967) representou um marco na pesquisa sociológica ao testar o modelo de realização do status, por volta de 1950, quando introduziram a expressão *Life Course Sociology* para explicar o processo de estratificação.

Embora atualmente a operacionalização dos estudos na área de mobilidade tenham avançado metodologicamente (Souza *et al.*, 2010; Ribeiro, 2011), os primeiros modelos inspiraram os

estudos de mobilidade social posteriores, que os reapplicaram em diversos contextos sociais, como nessa pesquisa.

Sewell *et al.* (1970) apontam o fato das pesquisas da época não considerarem a mulher, explicando que talvez isso se dê devido a uma maior complexidade da cultura ocupacional feminina e ao contexto sócio-ocupacional da época. Ainda hoje, elas estão mais suscetíveis aos contingentes do casamento como criar os filhos e ao ciclo de vida da família, bem como ao fim do casamento e a discriminação ocupacional.

O estudo de Blau e Ducan (1967) se baseou nos dados coletados em corte transversal de uma única amostra da população de homens americanos adultos como parte do censo *Occupational Change in a Generation I* realizado pelo *Bureau of Census*, em março de 1962. Os resultados desse estudo indicam, em termos de efeito bruto, que existe uma ordem clara de influência no primeiro emprego. Educação é a variável mais fortemente correlacionada com o primeiro emprego, seguida pela ocupação do pai e depois pela educação do pai. Já o status ocupacional em 1962, aparentemente, é mais fortemente influenciado pela educação do que pelo primeiro emprego (Blau e Ducan, 1967).

Em âmbito nacional, Aguiar, Fernandes e Neves realizaram estudo com amostra representativa da população da região metropolitana de Belo Horizonte, evidenciando que o efeito da herança socioeconômica é menor na determinação do status ocupacional das mulheres. Os autores analisam as diferentes formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho, comparando com os padrões de mobilidade masculina. Os resultados apresentados sobre a determinação do status socioeconômico indicam que a cada ano a mais de educação atingido pelos sujeitos, há um aumento líquido de 1,47 pontos na escala de status socioeconômico. Já a cada ponto de elevação no status socioeconômico do pai, há um aumento de apenas 0,2 pontos no alcance socioeconômico dos filhos e filhas. Enquanto ser do sexo masculino acrescenta quase 4 pontos em seu alcance socioeconômico (Aguiar *et al.*, 2007, p. 165-171).

Os autores afirmaram que a educação apresenta um efeito um pouco maior na determinação do status socioeconômico das mulheres, ao mesmo tempo que as mulheres dependem menos do status ocupacional de seus pais, o que quer dizer que as mulheres dependem menos de sua origem socioeconômica no status ocupacional que alcançam do que os homens e a educação tem um peso maior nesse alcance (Aguiar *et al.*, 2007, p. 178).

Os autores interpretam os dados dizendo que possivelmente os pais se preocupam mais em assegurar a posição social dos filhos, garantindo suas futuras funções enquanto provedores; enquanto as carreiras femininas dependem bem mais do investimento que elas próprias realizam em educação. No entanto, o status socioeconômico e nível educacional dos pais aparecem como determinante do alcance educacional feminino, pois garantem a educação feminina (Aguiar *et al.*, 2007, p. 171-179).

Halaby (2003) complementa essa discussão ao abordar a formação dos valores relacionados ao trabalho, investigando como o impacto da origem social, do gênero, outro significante e habilidades cognitivas estruturam as preferências de emprego

entre trabalhos para um perfil empreendedor e para um perfil burocrático. Assim, o autor realiza um estudo longitudinal, com os dados utilizados na pesquisa realizada em Wisconsin, em 1957, e com novos dados, de 1992, observando na primeira coorte antes da entrada para a vida adulta e depois os valores de trabalho já formados (Halaby, 2003, p. 260-263).

É importante esclarecer que o principal critério diferenciador dos perfis empreendedor e burocrático é o nível de aversão ao risco. O perfil empreendedor apresenta menos aversão ao risco e possibilidade de maiores rendimentos com o trabalho, enquanto o perfil burocrático busca segurança, estabilidade e boas condições na velhice (Halaby, 2003, p. 252-253).

Os resultados da pesquisa apontam como variáveis mais fortes significativamente as habilidades cognitivas e o gênero (ser homem), mas, no mesmo sentido que essas, mais anos de estudo, pais com níveis educacionais, status ocupacional e rendimentos mais altos, além do nível de influência dos outros significantes e aspirações mais altos favorecem para o desenvolvimento de um perfil empreendedor mais do que de valores burocráticos. O quadro convencional aloca altos pagamentos e estima entre valores como segurança e benefícios, que são valorizados por pessoas com menos escolaridade e de origens sociais menos favorecidas. Mas a evidência acumulada aqui aponta provisoriamente em uma direção diferente: uma preferência para o pagamento e estima fica ao lado da preferência por características intrínsecas como autonomia e variedade de atividades, estando enraizadas em vantagens desfrutadas por motivo como origem social, capacidade cognitiva e gênero (Halaby, 2003, p. 275-276).

Esses estudos contribuem na compreensão do fenômeno estudado, uma vez que os dados coletados e os dados secundários explorados nesse artigo foram analisados à luz desses estudos, indicando a dinâmica de transmissão do status por meio da herança socioeconômica.

## Método

A pesquisa utilizou procedimentos quantitativos e qualitativos para testar hipóteses de estratificação social, buscando equiparar os dados quanto às informações coletadas e selecionadas. Os métodos adotados são o descritivo e o explicativo.

A triangulação é uma forma de integrar diferentes perspectivas do fenômeno em estudo, surgindo paradoxos e contradições que enriquecem ou refutam as hipóteses. Assim, a aplicação sequencial dos métodos quantitativo e depois qualitativo possibilitou a concatenação das variáveis, através de uma combinação híbrida, que ocorre quando na análise dos dados de uma pesquisa qualitativa faz-se uma quantificação dos dados. Nesse estudo, a etapa qualitativa teve a função de complementar a etapa quantitativa, que assumiu maior destaque e estruturou o trabalho com um caráter quantitativo.

Os dados quantitativos foram obtidos a partir da pesquisa "As Dimensões Sociais das Desigualdades 2008", realizada

pelo IESP e financiada pelo CNPq através do projeto Instituto do Milênio (do CNPq) e coordenada pelo Dr. Nelson do Vale Silva. A coleta de dados dessa pesquisa foi organizada pelo IBOPE no ano de 2008. O universo da pesquisa foi formado por domicílios particulares permanentes em setores comuns ou não especiais (inclusive favelas) de todas as regiões do Brasil, sendo elas urbanas ou rurais. As unidades de análise são os chefes de família e respectivos cônjuges, ou apenas o chefe (homem ou mulher), quando não houver o cônjuge. Porém, as informações coletadas em cada unidade de análise se referem a cada indivíduo do domicílio, separadamente.

Assim, essa é uma amostra representativa da população brasileira, urbana e rural, com exceção da área rural da região Norte, que inclui 3,3% da população do Brasil, sendo composta por 8.048 domicílios entrevistados em 2008. Para essa pesquisa foram selecionados todos os chefes do domicílio e os cônjuges, uma vez que esses indivíduos responderam questões relativas à mobilidade social e correspondem àqueles que, geralmente, já atingiram certo grau de autonomia que permitem uma análise do alcance educacional e ocupacional. A seleção da amostra reuniu 12.326 indivíduos. Foram selecionados os indivíduos com idade entre 14 e 64 anos para as análises descritivas e exploratórias, somando 10.040 casos, uma vez que o estudo está voltado para fenômenos relacionados ao mercado de trabalho. Assim, esse critério considera a população economicamente ativa.

Conforme descreveu Ribeiro (2011), a composição da amostra da pesquisa "Dimensões Sociais da Desigualdade" seguiu um procedimento probabilístico em três etapas: na primeira foram selecionados os municípios, na segunda os setores censitários dentro dos municípios e na terceira os domicílios dentro dos setores. Informações básicas sobre escolaridade e emprego foram coletadas para todos os indivíduos com 10 anos ou mais. Um grande conjunto de questões, incluindo características dos pais e condições em que os respondentes cresceram, foi perguntado para chefe e cônjuge em cada domicílio (Ribeiro, 2011).

As variáveis selecionadas do modelo quantitativo (regressão linear) coincidem com aquelas variáveis do modelo qualitativo, buscando levantar questões e explorar melhor os resultados quantitativos.

Modelo: Status Ocupacional do Primeiro Emprego

$$Y1 = B + X1 + X2 + X3 + E$$

Y1 = Status ocupacional do primeiro emprego

B = Constante

X1 = Anos de estudo da mãe

X2 = Status ocupacional (ISEI) do pai

X3 = Idade que começou a trabalhar

Alguns ajustes foram realizados nas variáveis selecionadas para o modelo estimado, como descrevo a seguir:

- *Status ocupacional do primeiro emprego do indivíduo e Status ocupacional do pai*: essas variáveis são contínuas, variando entre 16 e 90. As questões 321, 305-307, 208-213 da seção 3 do questionário (Centro da Metrô-

pole, s.d.) utilizado na pesquisa "Dimensões Sociais da Desigualdade" (PDSO) foram utilizadas para a composição dessas variáveis, respectivamente. O *International Socioeconomic Index – ISEI* (Gazeboom e Treimam, 1996), foi utilizado para ordenar as ocupações usando uma única escala hierárquica baseada na média de educação e renda de cada ocupação. O ISEI foi utilizado tanto para mensurar a variável dependente, quanto para medir o status ocupacional dos pais, que são variáveis independentes nos modelos estimados.

- *Anos de estudo da mãe*: essas variáveis são contínuas, variando de 0 a 16. Foram utilizadas as questões 219 da seção 2 e a 125 da seção 1 do questionário (Centro da Metrópole, s.d.) da PDSO para a composição delas, respectivamente.
- *Idade que começou a trabalhar*: essa variável é contínua, variando de 3 a 99 anos de idade. Para sua composição foi utilizada a questão 302 da seção 3 do questionário da PDSO.
- *Sexo*: essa variável é categórica, 0 representando homem e 1 representando mulher. Para sua composição foi utilizada a questão 101 do questionário da PDSO.

Esse modelo foi estimado separadamente para mulheres e homens, uma vez que os dois grupos apresentam características específicas e desse modo é possível comparar tais distinções para a maior compreensão da desigualdade entre homens e mulheres.

A etapa qualitativa extraiu os dados de quase 80 entrevistas, sendo 40 realizadas entre julho e setembro de 2009 e as demais entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, representando um estudo longitudinal. Foram selecionados 20 sujeitos para a coleta de dados da pesquisa e os respectivos pais, totalizando 40 entrevistas em 2009. A partir de dezembro de 2013, os mesmos sujeitos foram contatados para uma nova entrevista, porém dentre esses, uma jovem não compareceu ao local combinado, por mais de uma vez, para entrevista. Nesse caso, a entrevista foi realizada apenas com a sua mãe da jovem. Além disso, os pais de duas jovens não foram entrevistados, porque elas não estavam mais residindo com eles, de modo que optou-se por entrevistar apenas as jovens, nesse caso. Uma outra jovem se recusou a dar entrevista pessoalmente, devido à falta de tempo disponível. Nesse caso, o maior contato possível foi entrevista-la por telefone. Assim, totalizaram-se 40 entrevistas em 2009, 37 em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, somando 77 entrevistas. Na maior parte das entrevistas dos pais, apenas as mães participaram da entrevista (14 entrevistas dos outros significantes foram realizadas apenas com a mãe e 4 com o casal).

Buscamos compor dois grupos de condição socioeconômica (condição socioeconômica desfavorecida - CSD e condição socioeconômica média - CSM). No interior de cada um dos grupos, metade dos adolescentes trabalhava e a outra metade não. E metade foi composta por homens e a outra metade por mulheres, como está indicado no Quadro 1.

**Quadro 1.** Grupos de amostras (2009–2013/14).  
**Chart 1.** Sample groups (2009–2013/14).

	Trabalhavam	Não trabalhavam
CSD: Condição socioeconômica desfavorecida	3 mulheres 2 homens	2 mulheres 3 homens
CSM: Condição socioeconômica média	2 mulheres 3 homens	3 mulheres 2 homens

Para compor os grupos acima com a garantia de que os perfis necessários seriam encontrados, algumas estratégias de investigação foram sendo adotadas no decorrer da formação da amostra. As cinco instituições nas quais os sujeitos foram encontrados foram escolhidas na seguinte sequência temporal: de antemão, contava-se com o contato de uma fundação e uma associação (Programa Educação & Trabalho da Fundação CDL e Associação Profissionalizante do Menor – ASSPROM) que encaminham e acompanham adolescentes, em condição de vulnerabilidade social, que trabalham como aprendizes e estavam estudando. Para que outro grupo na mesma condição socioeconômica fosse preenchido com sujeitos que não trabalhassem, buscou-se uma escola estadual próxima à uma região vulnerável (Pedreira Prado Lopes – Bairro Lagoinha), na qual os alunos não trabalham, porque é uma escola diurna (Colégio estadual Silviano Brandão). Nessa escola, com auxílio da secretaria e coordenação do colégio, teve-se a preocupação de procurar aqueles jovens que recebiam complemento de renda do governo federal ou estadual (Bolsa Escola/Bolsa Família), considerando que passaram por uma avaliação baseada no critério de renda. Além disso, grande parte da coleta foi realizada nas residências das famílias (entrevistas dos pais), de modo que foi possível observar que todas as famílias desse grupo viviam em zonas de risco, exceto uma que vivia nas proximidades, em um apartamento bem pequeno e alugado. As ocupações dos pais formam um perfil diferente daqueles pais do estrato de classe média. Outro ponto semelhante a todo esse grupo (que não esteve presente no grupo em CSM) foi a ausência de automóvel no domicílio em todas essas famílias em CSD. Para compor o grupo em CSM, inicialmente, buscou-se uma escola técnica federal (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG/ classe média) na qual é muito comum que os alunos trabalhem por ser uma escola técnica na qual o horário não é integral. Quando a pesquisadora estava na escola, em contato com a coordenação, buscou informação a respeito da condição econômica dos alunos daquela escola. As informações eram de que nessa escola não havia alunos em vulnerabilidade social, que morassem em área de risco, por exemplo. Outro ponto importante foi observar que para entrarem na escola todos passam por uma seleção com certo grau de exigência, de modo que é necessário fazer um curso preparatório na maior parte dos casos e ter um bom histórico escolar. Esses dados deram segurança de que os alunos dessa escola pertenciam a CSM, no mínimo.

Por último, procurou-se uma escola particular (CSM) onde há adolescentes que geralmente não trabalham (Colégio Berlar São Pascoal). No entanto, como as entrevistas do CEFET já tinham sido realizadas e já tinha sido observado que o grupo composto pertencia a uma CSM, notou-se que era importante que fosse uma escola particular com uma mensalidade não muito alta. A mensalidade na época girava em torno de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Foram escolhidos alunos que recebiam 50% de bolsa.

Portanto, o mais importante na seleção da amostra foi equiparar a condição socioeconômica, ficando, por um lado, os programas de trabalho e a escola estadual (condição socioeconômica desfavorecida); e, por outro, a escola particular e a escola técnica (condição socioeconômica média).

A fim de possibilitar uma comparação precisa entre dados qualitativos e quantitativos, esquematizaram-se os dados relativos ao status ocupacional do pai e do primeiro emprego dos sujeitos da pesquisa a partir de uma adaptação realizada (Souza *et al.*, 2010) ao esquema EGP, desenvolvido por Goldthorp. Os autores reduziram as onze categorias do esquema em oito, mantendo as principais distinções originais e acrescentando uma distinção especificamente importante no contexto brasileiro, inspirada nos grupos de status de Silva. Os trabalhadores manuais qualificados da indústria moderna foram separados dos demais trabalhadores manuais qualificados, em função da posição específica do primeiro grupo nas condições de industria-

lização da sociedade brasileira (profissionais e administradores; trabalhadores não manuais de rotina e prestadores de serviço; proprietários com empregados; proprietários sem empregados; supervisores do trabalho manual; trabalhadores manuais qualificados da indústria; trabalhadores manuais não qualificados; trabalhadores rurais e proprietários rurais).

## Trabalho na adolescência: desigualdade socioeconômica e sexo

A partir da Tabela 1, que apresenta algumas estatísticas descritivas dos dados quantitativos, observa-se que, em geral, a idade mínima que o brasileiro começa a trabalhar gira em torno de 16 anos de idade, o que os dados qualitativos corroboram. Assim, essa faixa etária representa o momento crucial na trajetória ocupacional dos indivíduos, que ora se dedicarão mais aos estudos, ora estarão no mercado de trabalho.

Apresenta-se uma descrição dos dados qualitativos a partir das árvores de palavras indicadas nas Figuras 1 e 2. Observa-se que o status do trabalho, os benefícios e prejuízos decorrentes desse variam de acordo com o estrato social ao qual o indivíduo está inserido.

Os dados apresentados na Tabela 1 se referem às falas dos sujeitos entrevistados que estavam relacionadas à palavra traba-

**Tabela 1.** Estatísticas descritivas (indivíduos de 14 a 64 anos de idade).  
**Table 1.** Descriptive statistics (individuals from 14 to 64 years old).

	N.	Mín.	Máx.	Média	Desvio padrão
Sexo (homem=0, mulher=1)	10.040	0	1		
Idade (anos completos)	10.040	14	64	42,803	12,0705
Estado civil (Não casado=0, casado=1)	10.040	0	1		
Educação	9.814	0	16	7,25	4,22
Trabalha (Não=0, Sim=1)	10.040	0	1		
Idade que começou a trabalhar	8.372	3	55	15,84	6,09
Status ocupacional da primeira ocupação (ISEI)	7.160	19	88	30,85	12,24
Status ocupacional (ISEI)	5.974	19	88	35,40	14,73
Raça Preto (Preto =1, restante = 0)	10.039	0	1		
Raça Pardo (Pardo =1, restante = 0)	10.039	0	1		
Raça Branco (Branco =1, restante = 0)	10.039	0	1		
Educação da mãe (anos de escolaridade completos com sucesso)	8.590	0	16	3,31	3,75
Educação do pai (anos de escolaridade completos com sucesso)	7.137	0	16	3,49	3,86
Status ocupacional mãe (ISEI)	4.799	19	90	28,25	12,14
Status ocupacional pai (ISEI)	10.040	18	90	30,73	11,84

Nota: ISEI = International Socio-Economic Index of Occupational Status.

Fonte: Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (IESP, 2008). Tabulação própria.

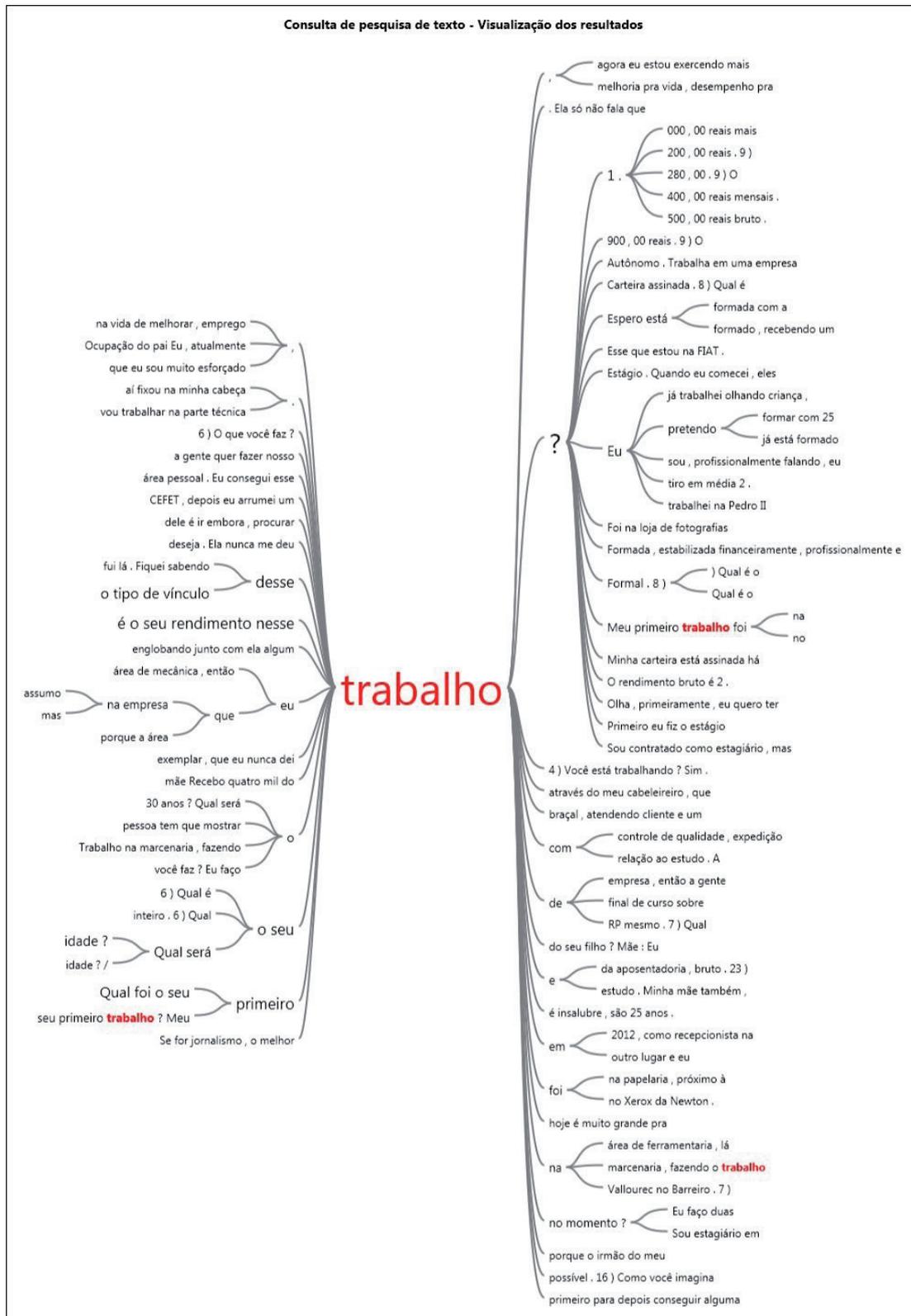


Figura 1. Trabalho e condição socioeconômica média.

Figure 1. Average socioeconomic work and condition.

Fonte: Coleta de dados qualitativa – descrita na metodologia.

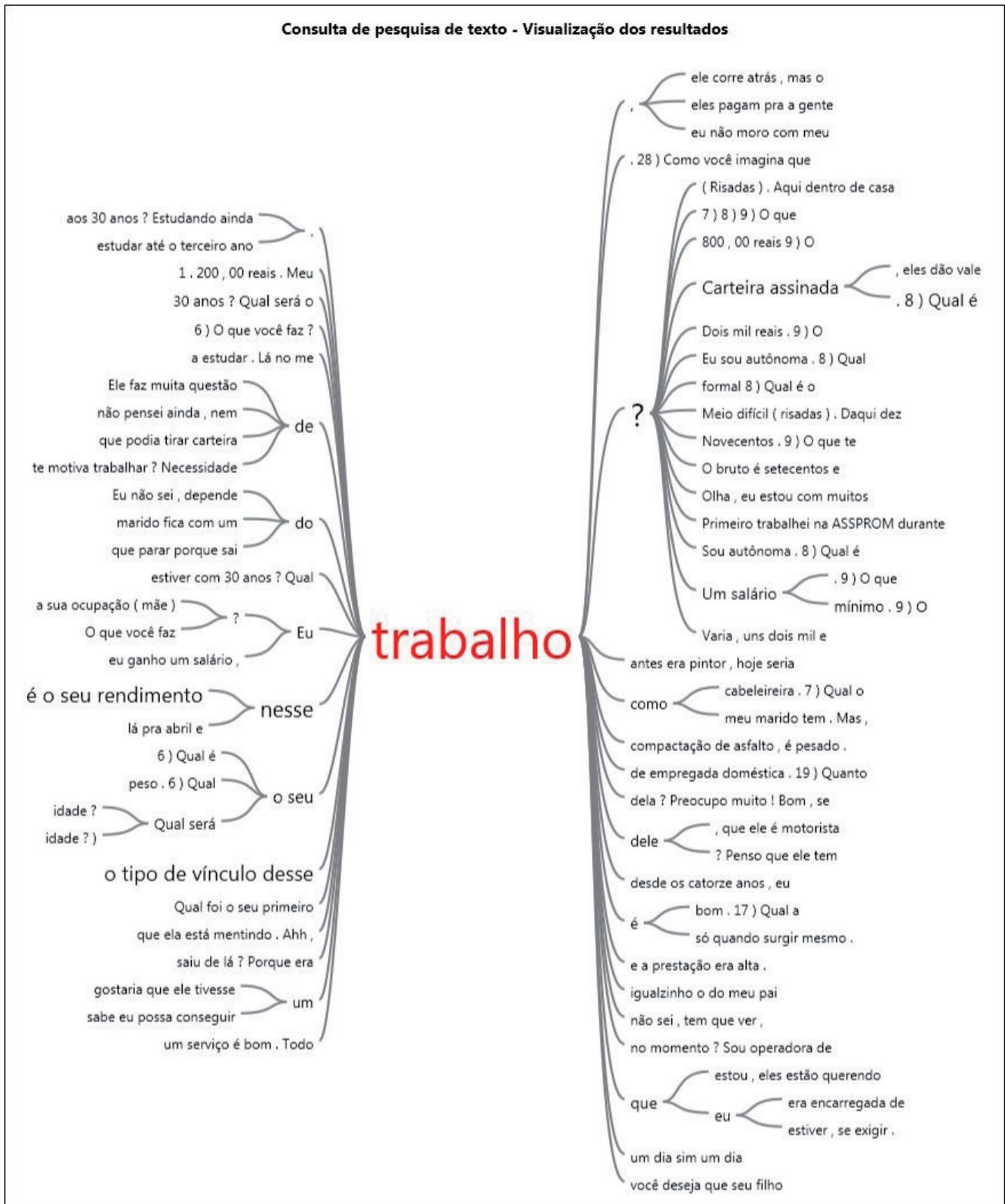


Figura 2. Trabalho e condição socioeconômica desfavorecida.

Figure 2. Work and disadvantaged socioeconomic condition.

Fonte: Coleta de dados qualitativa – descrita na metodologia.

lho, de modo que podem se referir às aspirações ocupacionais que possuem, ao trabalho propriamente desenvolvido ou a respostas de outras questões do roteiro da entrevista nas quais eles se referiram à palavra trabalho. Evidencia-se um maior nível de status ocupacional dos trabalhos que aparecem na árvore do estrato condição socioeconômica média, indicando que as vivências relacionadas ao trabalho são mais vantajosas para aqueles oriundos de estratos favorecidos economicamente, corroborando com os dados apresentados por Besen (2007). O autor considera que, geralmente, os adolescentes que pertencem ao estrato economicamente desfavorecido possuem trabalhos monótonos, que não desenvolvem habilidades e atrofiam a criatividade, além de representarem mão de obra barata para as empresas. Além disso, as condições de trabalho são mais precárias para o adolescente, na maior parte dos casos.

Conforme está indicado na Figura 3, considerou-se os níveis de status ocupacional do esquema *International Socio-Economic Index of Occupational Status* (ISEI) para classificar os trabalhos indicados como primeiro emprego pelos sujeitos da amostra qualitativa, da mesma forma que fizemos com os dados quantitativos. Na etapa qualitativa, apareceram os seguintes status ocupacionais: profissionais, manual qualificado e manual não qualificado. O modelo de regressão possui como variável dependente Status Ocupacional do Primeiro Emprego e como variáveis independentes a escolaridade da mãe, o status ocupacional do pai e a idade que começou a trabalhar, considerando o gênero dos indivíduos. A partir desse, deu-se um caráter quantitativo aos dados resultantes das entrevistas, embora não sejam representativos.

Então, a partir dos dados qualitativos, o status do primeiro emprego foi mais elevado para aqueles sujeitos que pertenciam ao estrato condição socioeconômica média, enquanto quase todos do estrato CSD tiveram o status do primeiro emprego como manual não qualificado.

Por outro lado, ao contrário do que se esperava, a escolaridade da mãe pareceu não ter relação com o status ocupacional do primeiro emprego, pois as mães dos adolescentes que tinham status do primeiro emprego alto não possuíam o maior nível de escolaridade e status ocupacional. Esses resultados não coincidem com os dados quantitativos, pois a variável anos de estudo da mãe foi significativa para explicar o nível do status ocupacional do primeiro emprego no modelo estudado, conforme está exposto nas Tabelas 3 e 4, corroborando com a literatura da área (Aguiar *et al.*, 2007). A divergência entre dados quantitativos e qualitativos pode ser explicada pela ausência de representatividade da amostra qualitativa. No entanto, os dados qualitativos foram muito importantes para indicar a maior relação entre escolaridade da mãe e escolaridade do filho, confirmando dados da literatura (Aguiar *et al.*, 2007), o que pode levar a interpretação de que as mães com alto nível de escolaridade investem mais na escolaridade dos filhos do que no primeiro emprego desses, de modo que futuramente, quando o jovem se formar na faculdade, a escolaridade da mãe terá maior efeito sobre o status ocupacional propriamente, da vida adulta. Assim, o efeito direto da escolaridade da mãe é maior do que o efeito indireto, que atua através do status do primeiro emprego. Esses dados corroboram com os resultados de Sales (2014) resultantes da primeira etapa do estudo longitudinal (qualitativo), que evi-

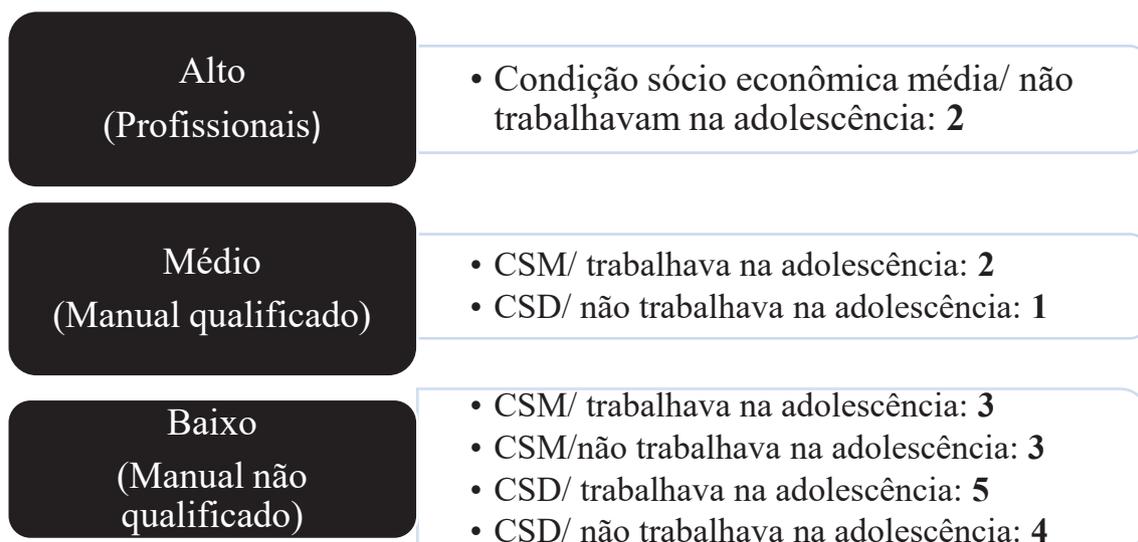


Figura 3. Status ocupacional do primeiro emprego.

Figure 3. Occupational status of the first job.

Fonte: Coleta de dados qualitativa. Categorização com base na adaptação de Souza *et al.* (2010) sobre o esquema *International Socio-Economic Index of Occupational Status* (ISEI) (descrição detalhada na seção "Método").

denciou maior efeito do status do primeiro emprego do que da escolaridade da mãe.

Os modelos indicam que anos de estudo da mãe, status ocupacional do pai (ISEI) e idade que começou a trabalhar são variáveis decisivas para explicar a variável dependente. Conforme a Tabela 3, o modelo explica 20% (R2 ajustado) do status ocupacional do primeiro emprego para as mulheres e 19% (R2 ajustado) para os homens.

Com relação à variável status ocupacional do pai do sujeito, a presença de informação em todos os casos do estrato CSM e a ausência de informação para cinco sujeitos do estrato CSD indica a menor relação entre o status ocupacional do pai e aqueles em condições socioeconômicas desfavorecidas, uma vez que o contexto familiar no qual o sujeito está inserido difere do modelo convencional, no qual o pai e a mãe estão presentes.

O status ocupacional dos pais dos dois jovens que tiveram o status do primeiro emprego como profissionais foram proprietário com empregados e manual qualificado; o status ocupacional dos pais dos sujeitos que tiveram trabalhos com status ocupacional manual qualificado foram proprietário com empregados, manual sem qualificação e sem informação respectivamente; enquanto o status ocupacional dos pais daqueles que possuíam trabalhos com status ocupacional sem qualificação foram proprietário com empregados (1), manual qualificado (3), proprietário rural (1), manual sem qualificação (6) e sem informação (4).

**Tabela 2.** Sumário do Modelo Status Ocupacional do Primeiro Emprego.

**Table 2.** Summary of the Model First-Time Occupational Status.

	N.	R2 ajustado
Mulheres	3.337	0,20
Homens	2.783	0,19

Fonte: Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (IESP, 2008).  
Tabulação própria.

**Tabela 3.** Status ocupacional do primeiro emprego: mulheres.

**Table 3.** Occupational status of the first job: women.

	Coeficientes	Erro padrão	Significância
Constante	15,828	0,738	,000
Anos de estudo da mãe	1,024	0,061	000
ISEI do pai	0,187	0,018	,000
Idade que começou a trabalhar	0,360	0,032	,000

Fonte: Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (IESP, 2008).  
Tabulação própria.

A distribuição do status ocupacional dos pais demonstra que há uma relação entre o status ocupacional do pai e o status ocupacional do primeiro emprego do sujeito, pois os pais daqueles que tiveram o status do primeiro emprego mais alto também possuíam status alto, embora dentre os sujeitos que possuíam status do primeiro emprego baixo houvesse alguns pais com status ocupacional médio.

A partir do modelo quantitativo (Tabelas 3 e 4), cada ponto na escala de status ocupacional do pai a mais representa um aumento de 0,187 no status ocupacional do primeiro emprego das mulheres e 0,181 no dos homens, divergindo da literatura, que apontava maior herança do status ocupacional do pai por parte dos homens.

Assim, o principal resultado com relação às variáveis 'anos de estudo da mãe' e 'status ocupacional do pai' (herança socioeconômica), que foram utilizadas para explorar a relação entre condição socioeconômica do sujeito e status ocupacional do primeiro emprego, nota-se que o nível de status é mais elevado para aqueles oriundos do estrato mais favorecido, uma vez que a herança socioeconômica apresenta efeito no status ocupacional de destino do indivíduo.

Considerando os dados qualitativos, a variável idade que começou a trabalhar apresenta efeito direto no status ocupacional do primeiro emprego, de modo que os sujeitos que entraram mais tarde no mercado de trabalho foram os que obtiveram o status do primeiro emprego (ISEI) mais alto. Considerando o modelo quantitativo (Tabelas 3 e 4), a variável idade que começou a trabalhar foi significativa, representando um impacto de 0,532 no status do primeiro emprego no caso dos homens e de 0,360 no caso das mulheres, indicando que começar a trabalhar mais tarde apresenta maior efeito para os homens, embora as mulheres costumem entrar no mercado de trabalho mais tarde e, por isso, tiram as maiores vantagens da dedicação exclusiva aos estudos.

As constantes do Modelo do Status Ocupacional do Primeiro Emprego (Tabelas 3 e 4) foram praticamente iguais, 15,828 para as mulheres e 15,826 para os homens, evidenciando o que foi dito acima sobre as mulheres entrarem no mercado de traba-

**Tabela 4.** Status ocupacional do primeiro emprego: homens.

**Table 4.** Occupational status of the first job: men.

	Coeficientes	Erro padrão	Significância
Constante	15,826	0,771	0,000
Anos de estudo da mãe	0,621	0,056	0,000
ISEI do pai	0,181	0,018	0,000
Idade que começou a trabalhar	0,532	0,043	0,000

Fonte: Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (IESP, 2008).  
Tabulação própria.

Iho mais tarde, o que faz iniciarem a trajetória ocupacional com status do primeiro emprego elevado.

Os resultados qualitativos contribuem para a interpretação dos dados quantitativos, demonstrando que aqueles adolescentes que começam a estudar mais tarde obtêm maior status do primeiro emprego, tendo trabalhos qualificados ou, quando iniciam um curso superior, estão na escala (EGP) dos profissionais, o que se evidencia ao se comparar os dados de 2009 e 2013. No entanto, vale ressaltar que são poucos os sujeitos da amostra qualitativa que começaram a trabalhar mais velhos, acompanhando a tendência nacional, conforme a Tabela 1.

Pode-se interpretar esses dados com base na caracterização de perfis empreendedor e burocrático por gênero de Halaby (2003). O autor encontra mais homens que apresentam um perfil empreendedor (menos aversão ao risco, ímpeto para alcançar posições mais altas) e mulheres com um perfil burocrático (busca de segurança, estabilidade e boas condições na velhice), o que pode estar relacionado aos resultados encontrados aqui: homens começando a trabalhar mais cedo, independente do risco de evasão escolar que essa ação ofereça, além da pressão social que os homens sofrem para terem maiores rendimentos e posições sociais mais altas. Mas, ainda pode-se observar que os perfis burocrático e empreendedor reproduzem os estereótipos de gênero, porque os homens usufruem de uma situação de dominação e privilégio nas relações de mulheres e homens.

O paralelo entre dados qualitativos e quantitativos confirmou o efeito das variáveis selecionadas no status ocupacional do primeiro emprego, embora a escolaridade da mãe não apresente efeito nos dados qualitativos, inicialmente. Os valores praticamente iguais das constantes do modelo para homens e mulheres indica avanços nas desigualdades entre os sexos, mas algumas desigualdades aparecem nos coeficientes das variáveis dependentes (padrão diferente de influência da escolaridade da mãe no status ocupacional do primeiro emprego).

## Conclusão

Esse estudo se inspirou no modelo clássico de realização do status de Blau e Ducan (1967), bem como em estudos recentes que seguem a linha de estratificação social (Aguiar *et al.*, 2007; Halaby, 2003) para analisar os resultados.

A seleção das variáveis foi realizada para equiparar estudo qualitativo e quantitativo, de modo que as mesmas informações foram abordadas nas duas etapas, possibilitando discutir semelhanças e, principalmente, as divergências, que podem ser mais bem compreendidas a partir desse tipo de investigação.

De modo geral, o estudo confirmou a hipótese de que anos de educação da mãe, status ocupacional do pai, idade que começou a trabalhar e sexo são variáveis determinantes do status ocupacional do primeiro emprego (Halaby, 2003; Bryant *et al.*, 2006).

É relevante apontar que anos de estudo da mãe tem maior efeito sobre o status do primeiro emprego das mulheres,

o que indica a maior dependência das mulheres, afirmando a desigualdade de tratamento e apropriação da herança socioeconômica entre os sexos. Assim, pode-se afirmar que as mulheres herdaram mais as vantagens ou desvantagens da escolaridade da mãe por meio do status do primeiro emprego do que os homens.

Os resultados qualitativos indicaram que os homens possuem o status ocupacional do primeiro emprego mais alto, embora as constantes do modelo de regressão (15,828 para as mulheres e 15,826 para os homens) sejam praticamente iguais, representando um status ocupacional quase igual, caso todas as variáveis dependentes fossem constantes. Esse resultado pode ser explicado pelo fato das mulheres, em geral, entrarem no mercado de trabalho mais tarde, após adquirirem mais escolaridade, de modo que em idades equiparadas, provavelmente, homens e mulheres terão status ocupacionais desiguais.

Os dados qualitativos possibilitam observar que eles possuem status mais alto ao comparar meninos e meninas da mesma idade, que entraram no mercado de trabalho por volta dos 16 anos de idade. Assim, o mesmo valor das constantes pode ser mais bem explicado ao observar a variável idade que começaram a trabalhar.

A idade que começou a trabalhar indicou que entrar no mercado de trabalho mais tarde proporciona elevação no nível de status ocupacional do primeiro emprego e nisso a maior vantagem é das mulheres, que costumam iniciar as atividades laborais mais velhas. Desse modo, os resultados corroboram com a direção das políticas públicas que buscam prevenir a exploração do trabalho infantil e incentivar o estudo como direito da criança e do adolescente e dever da família, apoiando-se no ECA (Brasil, 1990).

Portanto, a origem social (escolaridade da mãe e status ocupacional do pai) é um fator que define o status ocupacional do primeiro emprego do indivíduo e esse, por sua vez, fala sobre sua escolaridade e sobre sua trajetória, permanecendo como fatores que influenciam o destino ocupacional.

Os estudos da realização do status propriamente, considerando a fase adulta no curso de vida sociológico, contribuem e completam a discussão em torno do status do primeiro emprego, podendo ser considerado um passo subsequente a esse estudo. Os resultados encontrados evidenciam que a fluidez social ainda está longe de alcançar seu ideal, uma vez que a herança socioeconômica está associada aos destinos dos indivíduos, fazendo-se necessário manter a discussão em torno dos mecanismos da transmissão do status, mobilidade social e seus determinantes.

## Referências

- AGUIAR, N.; FERNANDES, D.; NEVES, J. 2007. A Mobilidade Social Feminina. In: N. AGUIAR (org.), *Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 165-180.
- BRASIL. 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. *Diário Oficial da União*. Brasília.
- BRASIL. 2000a. Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, que promulga a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internac-

- ional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de trabalho infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. *Diário Oficial da União*. Brasília.
- BRASIL. 2000b. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*. Brasília.
- BRASIL. 2002. Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002, que promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a idade mínima de admissão ao emprego. *Diário Oficial da União*. Brasília.
- BESEN, Y. 2007. Exploitation or Fun? The Lived Experience of Teenage Employment in Suburban America. *Journal of Contemporary Ethnography*, 35(3):319-340. <https://doi.org/10.1177/0891241606286817>
- BLAU, P.; DUCAN, D. 1967. The Process of Stratification. In: P. BLAU; D. DUCAN, *The American Occupational Structure*. New York, Wiley, p. 486-497.
- BRASIL. 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm) Acesso em 10/02/2017.
- BRITO, M. 2009. Discutindo o Trabalho de crianças e Adolescentes no Brasil – curso da vida, sentidos da ação econômica e transmissão intergeracional. In: J. NEVES; D. FERNANDES; D. HELAL (org.), *Educação, Trabalho e Desigualdade Social*. Belo Horizonte, Argvment, p. 15-65.
- BRYANT, B.; ZVONKOVIC, A.; REYNOLDS, P. 2006. Parenting in relation to child and adolescent vocational development. *Journal of Vocational Behavior*, 69(1):149-175. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2006.02.004>
- CENTRO DA METRÓPOLE. [s.d.]. Questionário da Pesquisa Dimensões Sociais das Desigualdades 2008. Disponível em: [www.cis.org.br](http://www.cis.org.br)
- ENTWISLE, D.; ALEXANDER, K.; OLSON, L. 2005. Urban Teenagers: Work and Dropout. *Youth & Society*, 37(1):3-32. <https://doi.org/10.1177/0044118X04268313>
- FEATHERMAN, D.; HALLER, A. 2007. The Social Psychological Legacy of Otis Dudley Duncan. *Research in Social Stratification and Mobility*, 25:119-127.
- GAZEBOOM, H.; TREIMAN, D. 1996. Internationally Comparable Measures of Occupational Status for the 1988 International Standard Classification of Occupations. *Social Science Research*, 25:201-239.
- HALABY, C. 2003. Where Job Values Come From: Family and Schooling background, Cognitive ability, and Gender. *American Sociological Review*, 68(2):251-278. <https://doi.org/10.2307/1519768>
- HALLER, A.; PORTES, A. 1973. Status Attainment Processes. *Sociology of Education*, 46(1):51-91. <https://doi.org/10.2307/2112205>
- INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO (IESP). 2008. As Dimensões Sociais das Desigualdades 2008. Base de Dados. Disponível em: [www.cis.org.br](http://www.cis.org.br)
- RIBEIRO, C. 2011. Desigualdades de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 54(1):41-87.
- SALES, M. 2014. O processo de constituição da identidade na adolescência: trabalho, classe e gênero. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. espec.):161-171.
- SEWELL, W.; HALLER, A.; OHLENDORF, W. 1970. The Educational and Early Occupational Status Attainment Process: replication and revision. *American Sociological Review*, 35(6):1014-1027. <https://doi.org/10.2307/2093379>
- SOUZA, P.; RIBEIRO, C.; CARVALHAES, F. 2010. Desigualdade de Oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(73):77-100. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000200005>

Submetido: 04/07/2017

Aceito: 26/02/2018

Errata: página 106 e cabeçalhos – corrigido o sobrenome da co-autora Danielle Cireno Fernandes.